



Brisa Potiguar
Complexo Eólico

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.
CNPJ Nº 12.802.844/0001-35
Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.
Fazenda Vera Cruz, Zona Rural, Parazinho - RN, CEP 59586-000

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
1. A COMPANHIA	4
2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	4
3. POLÍTICA DE EQUIDADE	5
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balanço Patrimonial.....	6
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1. Contexto Operacional	10
2. Base de Preparação	10
3. Políticas Contábeis Materiais	11
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	13
5. Clientes	14
6. Títulos e Valores Mobiliários	14
7. Imobilizado	14
8. Partes Relacionadas	15
9. Fornecedores	15
10. Debêntures	15
11. Obrigação pela não Performance de Geração de Energia	16
12. Outras contas a pagar	17
13. Provisões para litígios e passivos contingentes	17
14. Patrimônio Líquido	17
15. Receita Operacional Líquida	18
16. Custos e Despesas Operacionais	18
17. Resultado Financeiro	19
18. Imposto de Renda e Contribuição Social	19
19. Instrumentos Financeiros	20
20. Seguros	23
21. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	23
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES	24
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	25

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. (Nova Asa Branca II ou Companhia), em atendimento aos compromissos societários e às boas práticas de governança corporativa, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2025, acompanhadas do relatório do auditor independente. A Diretoria da Companhia está à disposição para prestar os esclarecimentos adicionais que eventualmente se tornem necessários.

Curitiba, 30 de março de 2026.

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro

1. A COMPANHIA

A Nova Asa Branca II é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT), e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Atua na implantação, operação e exploração comercial como Produtor Independente de energia por fonte eólica.

Está localizada no Município de Parazinho, no Estado do Rio Grande do Norte e sagrou-se vencedora no 2º Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, realizado em 26.08.2010. Possui 12,8 MW médios comercializados por meio de Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com vencimento em 31.12.2032.

A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) ⁽¹⁾	Preço MWh ⁽²⁾	Início de operação comercial	Vencimento de outorga
Nova Asa Branca II	27,0	11,9	65,3	321,2	15.09.2015	31.05.2046

(1) Valores referentes ao total bruto gerado em 2025.

(2) Preço atualizado até dezembro/2025.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	31.12.2025	31.12.2024	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	102.558	103.445	(0,9)
Caixa e equivalentes de caixa	35.771	33.951	5,4
Títulos e valores mobiliários - garantias de contratos de dívidas	2.399	4.708	(49,0)
Dívida total	19.772	38.328	(48,4)
Dívida líquida	(18.398)	(331)	5.458,3
Receita operacional bruta	28.764	18.164	58,4
Deduções da receita	(3.575)	(3.520)	1,6
Receita operacional líquida (ROL)	25.189	14.644	72,0
Custos e despesas operacionais	(16.494)	(13.997)	17,8
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	8.695	647	1.243,9
Ebitda ou Lajida (a)	14.080	6.004	134,5
Resultado financeiro	1.798	(1.274)	(241,1)
IRPJ/CSLL	(2.600)	(2.077)	25,2
Lucro operacional	10.493	(627)	(1.773,5)
Lucro líquido do exercício	7.893	(2.704)	(391,9)
Patrimônio líquido	19.277	13.170	46,4
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	0,8	0,8	—
Liquidez geral (índice)	0,5	0,5	—
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou Lajida/ROL) (%)	55,9	41,0	36,3
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	102,6	291,0	(64,7)
Margem operacional (lucro operacional/ROL) (%)	41,7	(4,3)	(1.069,8)
Margem líquida (lucro líquido/ROL) (%)	31,3	(18,5)	(269,2)
Participação de capital de terceiros (%)	81,2	87,3	(7,0)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (b)	40,9	(20,5)	(299,5)

(a) Ebitda ou Lajida - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

(b) Lucro Líquido + Patrimônio Líquido

3. POLÍTICA DE EQUIDADE

A Copel defende a equidade como o tratamento justo e isonômico a ser dispensado a cada uma das partes interessadas (conforme as suas especificidades e demandas), sempre baseado em respeito, diversidade, inclusão e igualdade de direitos e oportunidades. A equidade estimula a competitividade e constrói um ambiente que viabiliza decisões mais assertivas e justas, com atenção especial a grupos vulneráveis e sujeitos à discriminação.

Para a Copel, o compromisso com a equidade de gênero e com o papel da mulher no Brasil e no mundo são uma missão de todos. Por isso, constitui pilar fundamental dentre as suas diretrizes estratégicas e está refletido nos seus documentos empresariais, em especial no Código de Conduta e nas Políticas de Sustentabilidade, de Governança Corporativa, de Gestão de Pessoas e de Indicação, Remuneração e Avaliação Anual de Desempenho.

A Companhia, adota as políticas de sua controladora e possui dois diretores responsáveis pela tomada de decisões, não dispondo de empregados próprios nem de conselho de administração constituído, sendo que as matérias relevantes são submetidas à deliberação da Assembleia Geral.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanco Patrimonial

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

ATIVO	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	35.771	33.951
Clientes	5	4.280	2.922
Outros créditos		10	5
Estoques		34	—
Imposto de renda e contribuição social		1.247	560
Outros tributos a recuperar		14	14
Despesas antecipadas		276	242
		41.632	37.694
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	2.569	4.927
Outros tributos a recuperar		5	11
		2.574	4.938
Imobilizado	7	58.113	60.774
Intangível		239	39
		60.926	65.751
TOTAL DO ATIVO		102.558	103.445

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	8	60	68
Fornecedores	9	2.038	1.265
Imposto de renda e contribuição social		382	251
Outras obrigações fiscais		554	518
Debêntures	10	3.061	5.169
Dividendos a pagar	8	1.786	—
Provisão de não performance de geração de energia	11	43.276	38.108
Outras contas a pagar	12	520	265
		51.677	45.644
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.033	1.260
Debêntures	10	16.711	33.159
Provisão de não performance de geração de energia	11	12.174	8.666
Outras contas a pagar	12	686	1.546
		31.604	44.631
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14.1	13.545	13.545
Reserva legal	14.2	376	—
Dividendo adicional proposto	14.3	5.356	—
Prejuízos acumulados		—	(375)
		19.277	13.170
TOTAL DO PASSIVO		102.558	103.445

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	25.189	14.644
Custos Operacionais	16	(16.124)	(13.541)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		9.065	1.103
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	16	24	(6)
Despesas gerais e administrativas	16	(278)	(339)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(116)	(111)
		(370)	(456)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		8.695	647
Resultado Financeiro	17		
Receitas financeiras		4.512	3.226
Despesas financeiras		(2.714)	(4.500)
		1.798	(1.274)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		10.493	(627)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18		
Imposto de renda e contribuição social		(1.827)	(1.394)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(773)	(683)
		(2.600)	(2.077)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		7.893	(2.704)
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais			
Ações ordinárias	14.4	0,58271	(0,19963)

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	7.893	(2.704)
Outros resultados abrangentes	—	—
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	7.893	(2.704)

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras..

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

	NE nº	Capital social	Reservas de Lucros		Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 1º de janeiro de 2024		13.545	2.329	3.526	—	19.400
Prejuízo do exercício		—	—	—	(2.704)	(2.704)
Deliberação do Dividendo Adicional proposto		—	—	(3.526)	—	(3.526)
Destinação proposta à A.G.O.:						
Absorção do prejuízo		—	(2.329)	—	2.329	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024		13.545	—	—	(375)	13.170
Lucro Líquido do exercício		—	—	—	7.893	7.893
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva Legal	14.2	—	376	—	(376)	—
Dividendos	14.3	—	—	—	(1.786)	(1.786)
Dividendo adicional proposto	14.3	—	—	5.356	(5.356)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025		13.545	376	5.356	—	19.277

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		7.893	(2.704)
Ajustes para a reconciliação do Lucro líquido (prejuízo) do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias não realizadas - Líquidas		4.079	4.552
Imposto de renda e contribuição social	18	1.827	1.394
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	773	683
Depreciação	7.2	5.385	5.357
Provisão de não performance de geração de energia	14	8.349	18.545
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	16	(24)	6
		28.282	27.833
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(1.334)	1.404
Outros créditos		(5)	—
Estoques		(34)	—
Imposto de renda e contribuição social		(687)	(258)
Outros tributos a recuperar		6	(2)
Despesas antecipadas		(34)	116
		(2.088)	1.260
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		(8)	(45)
Fornecedores		773	690
Outras obrigações fiscais		36	(138)
Obrigação pela não performance de geração de energia		(735)	(1.796)
Outras contas a pagar		8	135
		74	(1.154)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		26.268	27.939
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.696)	(1.417)
Encargos de debêntures pagos	10.2	(2.481)	(3.546)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		22.091	22.976
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		2.358	(414)
Aquisições de intangível		(200)	(16)
Aquisições de imobilizado	7.2	(3.246)	(221)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(1.088)	(651)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortizações de principal de debêntures	10.2	(19.183)	(4.991)
Dividendos pagos		—	(4.701)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(19.183)	(9.692)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.820	12.633
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	33.951	21.318
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	35.771	33.951
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.820	12.633

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. (Nova Asa Branca II ou Companhia) com sede na Fazenda Vera Cruz, Zona Rural, Parazinho, Estado do Rio Grande do Norte, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A (Copel GeT ou Controladora), e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Tem como objeto social a exploração da central geradora eólica EOL Nova Asa Branca II, por meio da Portaria MME nº 333/2011.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (IFRS® Accounting Standards), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 30.03.2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Os valores são apresentados em milhares de reais e são arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes:

- NEs nº 3.2 e 7 – Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nº 3.3 e 7.1 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nº 3.4 e 13 – Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nº 3.5 e 15 -Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados e provisão pela não performance de geração de energia.

2.5. Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

Para equacionar a capacidade financeira de curto prazo da Companhia, que apresenta capital circulante líquido negativo, a Administração vem monitorando a evolução da liquidez e adotando ações para equacionamento da capacidade financeira de curto prazo, tais como adequação do programa de investimentos, manutenção de ações de redução de custos e alongamento da dívida.

3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado. Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação ocorre de forma prospectiva.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4. Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

3.3. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1. Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.3.2. Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro.

Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Provisões para desmantelamento ou descomissionamento de ativos, quando atenderem aos critérios de reconhecimento e mensuração, são contabilizadas em contrapartida ao custo do respectivo ativo, a valor presente. O ativo é depreciado juntamente com os itens de imobilizado, enquanto o passivo é reconstituído pela passagem do tempo. Caso haja revisão dos montantes provisionados, se estes não decorrerem apenas da passagem do tempo, são reconhecidos novamente em contrapartida ao custo do ativo e depreciados até o fim da vida útil.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.5. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação, considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagá-la quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

3.6. Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2025

A partir de 1º.01.2025 estão vigentes as alterações de normas a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade;
- (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
- (iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial;
- (iv) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

3.7. Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as normas novas e/ou revisadas abaixo:

- (i) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);
- (ii) IFRS 18/CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
- (iii) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);
- (iv) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11 (a partir de 1º.01.2026);
- (v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas, exceto a IFRS 18 para a qual a Administração está avaliando os impactos de adoção.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos conta movimento	1.883	1.508
Aplicações financeiras de liquidez imediata	33.888	32.443
	35.771	33.951

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras se referem a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a Operações Compromissadas que, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas entre 99,70% e 101,00% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

	Saldos vincendos	31.12.2025	31.12.2024
Contratos regulados	4.278	4.278	2.932
CCEE	2	2	14
(-) Perdas de créditos esperadas	-	-	(24)
	4.280	4.280	2.922

6. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	31.12.2025	31.12.2024
Cotas de fundos de investimentos	CDI (a)	2.399	4.708
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	99,7% do CDI	170	219
	Não circulante	2.569	4.927

Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Os recursos referentes a Cotas de fundos de investimentos são vinculados aos contratos de debêntures (NE nº 10) e os recursos referentes ao CDB são vinculados à garantia financeira do Contrato de Uso do Sistema de transmissão

7. Imobilizado

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

7.1. Imobilizado por classe de ativos

	Custo	Depreciação Acumulada	31.12.2025	Custo	Depreciação Acumulada	31.12.2024
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	105.963	(51.317)	54.646	106.486	(45.933)	60.553
	105.963	(51.317)	54.646	106.486	(45.933)	60.553
Em curso						
Custo	3.467	-	3.467	221	-	221
	3.467	-	3.467	221	-	221
	109.430	(51.317)	58.113	106.707	(45.933)	60.774

7.2. Mutação do imobilizado

	Saldo em 1º.01.2024	Adições	Provisão para descomissio namento	Depreciaç ão	Saldo em 31.12.2024	Adições	Provisão para descomissio namento	Depreciaç ão	Saldo em 31.12.2025
Em serviço									
Máquinas e equipamentos	64.793	-	1.117	(5.357)	60.553	-	(522)	(5.385)	54.646
	64.793	-	1.117	(5.357)	60.553	-	(522)	(5.385)	54.646
Em curso									
Custo	-	221	-	-	221	3.246	-	-	3.467
	-	221	-	-	221	3.246	-	-	3.467
	64.793	221	1.117	(5.357)	60.774	3.246	(522)	(5.385)	58.113

A taxa média de depreciação é de 5,08% % a.a. (5,08%% em 2024).

A Administração da Companhia monitora continuamente o ambiente de negócios e, nesse sentido, avaliou os ativos em operação e não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável dos ativos.

8. Partes Relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes das transações relevantes com partes relacionadas efetuadas pela Companhia, exceto transações de operações em ambiente regulado, registradas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores:

Parte Relacionada / Natureza da operação	Passivo		Custo / Despesa	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Controladores				
Copel GeT				
Dividendos	1.786	–	–	–
Compartilhamento de estrutura (a)	41	50	–	–
Operação e Manutenção	–	–	(393)	(209)
Entidade sob controle em comum				
Copel Comercialização S.A.				
Energia elétrica para revenda	–	–	(647)	(683)
Copel Distribuição S.A. (Copel Dis)				
Compartilhamento de estrutura (a)	19	17	–	–
Pessoal chave da administração				
Honorários	–	–	(7)	(13)
Encargos sociais	–	–	(1)	(4)
Planos previdenciários e assistenciais	–	–	(1)	(1)

a) Os saldos se referem a contratos de compartilhamento de despesas de pessoal e administradores e de serviços celebrados entre a Copel e suas subsidiárias diretas e indiretas.

No que diz respeito ao pessoal chave da administração, não há outros benefícios além do que está apresentado no quadro acima.

9. Fornecedores

	31.12.2025	31.12.2024
Materiais e serviços	1.851	996
Encargos de uso da rede elétrica	187	269
	2.038	1.265

10. Debêntures

Emissão	Garantias	31.12.2025	31.12.2024
2ª	Real (penhor de ações de propriedade da Copel GeT e cessão de créditos) e fidejussória Copel	19.772	38.455
		19.772	38.455
	Dívida bruta	19.772	38.455
	(-) Custo de transação	—	(127)
	Dívida líquida	19.772	38.328
	Circulante	3.061	5.169
	Não circulante	16.711	33.159

O custo médio da dívida em taxa nominal em 2025 é de 7,98% (12,37% em 2024), o que equivale a 53,54% do DI (101,85% do CDI em 2024).

10.1. Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2025	Dívida bruta	Dívida líquida
2027	2.993	2.993
2028	2.993	2.993
2029	2.993	2.993
2030	2.993	2.993
2031	2.993	2.993
Após 2031	1.746	1.746
	16.711	16.711

10.2. Mutações de debêntures

	Total
1º.01.2024	42.313
Encargos e variações monetárias	4.552
Amortização - principal	(4.991)
Pagamento - encargos	(3.546)
31.12.2024	38.328
Encargos e variações monetárias	3.108
Amortização - principal	(19.183)
Pagamento - encargos	(2.481)
31.12.2025	19.772

10.3. Cláusulas contratuais restritivas - covenants

O contrato contém cláusula que requer a manutenção do Índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD \geq 1,3 de modo que o descumprimento poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2025, todos os indicadores financeiros medidos anualmente e compromissos acordados foram integralmente atendidos.

11. Obrigação pela não Performance de Geração de Energia

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica, comercializados por meio de leilões regulados, possuem cláusulas de performance de geração, as quais estabelecem um montante mínimo de entrega de energia, com periodicidade anual e/ou quadrienal. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento, o que pode implicar em produção de energia inferior ao montante mínimo de energia contratada. Tal descumprimento contratual pode comprometer receitas e fluxos de caixa futuros. Diante dessa previsão contratual, a Companhia efetua o registro por estimativa dos passivos contratuais, reconhecidos no resultado como ajuste negativo da receita.

	Total
Em 1º.01.2024	30.025
Provisão (Reversão)	17.394
Ressarcimentos	(1.796)
Atualização	1.151
Em 31.12.2024	46.774
Provisão (Reversão)	15.431
Curtaimento (NE nº 19.2.4)	(7.082)
Atualização	1.062
Pagamento/Ressarcimento	(735)
Em 31.12.2025	55.450
	Circulante
	43.276
	Não circulante
	12.174

12. Outras contas a pagar

	31.12.2025	31.12.2024
Negociação de danos emergentes com fornecedores (a)	—	491
Provisão para descomissionamento parques eólicos (b)	686	1.117
Prêmio de seguro	313	—
Outras contas a pagar	207	203
	1.206	1.811
	Circulante	265
	Não circulante	1.546

- (a) Recebimento de Danos Emergentes, referentes à maiores custos de captação, devido ao não cumprimento do índice de nacionalização dos equipamentos por parte do fornecedor. O valor recebido é apropriado ao resultado, mensalmente, à medida da apropriação dos encargos das debêntures;
- (b) Provisão calculada com base no valor atual dos custos futuros de desmantelamento dos parques eólicos, contabilizada em contrapartida ao Imobilizado (NE nº 7). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento dos parques eólicos.

13. Provisões para litígios e passivos contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica do sistema judiciário brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

Em 31.12.2025, não há ações cujas perdas são consideradas prováveis, portanto, a Companhia não constituiu provisões para litígios.

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2025 a Companhia possui R\$ 1.636 (R\$ 1.482 em 31.12.2024) referente a ações na área tributária decorrentes, principalmente, de processos referente à discussão sobre ISS – Imposto sobre serviços, além de R\$ 313 referente a passivos contingentes de natureza regulatória.

14. Patrimônio Líquido

14.1. Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2025, no valor de R\$ 13.545 (R\$ 13.545 em 31.12.2024) é composto por 13.545.241 ações ordinárias pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

14.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

14.3. Dividendos

	31.12.2025	31.12.2024
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	7.893	(2.704)
(-) Absorção do Prejuízo Acumulado	(375)	2.329
Lucro líquido (prejuízo) ajustado	7.518	(375)
Reserva legal (5%)	(376)	—
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	7.142	—
Dividendos mínimos obrigatórios	1.786	—
Dividendos adicionais propostos	5.356	—
Total de dividendos	7.142	—
Valor do dividendo por ação	0,52727	—

14.4. Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação

	31.12.2025	31.12.2024
Numerador		
Lucro líquido (prejuízo) atribuído à acionista controladora	7.893	(2.704)
Denominador		
Média ponderada das ações (em unidades)	13.545.241	13.545.241
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	0,58271	(0,19963)

15. Receita Operacional Líquida

	31.12.2025	31.12.2024
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	36.411	33.614
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	648	684
Outras receitas operacionais	615	615
(-/+) Provisão / Reversão para não performance de geração (a)	(8.910)	(16.749)
Receita Operacional Bruta	28.764	18.164
(-) ICMS	(2.283)	(2.331)
(-) PIS/Pasep e Cofins	(1.292)	(1.189)
	25.189	14.644

(a) O saldo contempla a provisão de não performance compensado pelo ressarcimento do curtailment (NEs nºs 11 e 19.2.4)

16. Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	31.12.2025	31.12.2024
Energia elétrica comprada para revenda	(653)	—	—	—	(653)	(684)
Encargos de uso da rede elétrica	(2.117)	—	—	—	(2.117)	(1.905)
Pessoal e administradores	—	—	(206)	—	(206)	(273)
Planos previdenciário e assistencial	—	—	(29)	—	(29)	(41)
Material	(2.428)	—	—	—	(2.428)	(192)
Serviços de terceiros	(3.995)	—	(17)	—	(4.012)	(4.351)
Depreciação e amortização	(5.385)	—	—	—	(5.385)	(5.357)
Provisões e reversões	—	24	—	—	24	(6)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(1.546)	—	(26)	(116)	(1.688)	(1.188)
	(16.124)	24	(278)	(116)	(16.494)	(13.997)

16.1. Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	31.12.2025
Arrendamento de terrenos	450	1.813	5.245	7.508

No saldo dos custos de arrendamentos e aluguéis, estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

17. Resultado Financeiro

	31.12.2025	31.12.2024
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	4.190	3.143
Outras receitas financeiras	322	83
	4.512	3.226
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária e encargos da dívida	3.108	4.553
(-) Recuperação de despesas financeiras (a)	(491)	(59)
Outras despesas financeiras	97	6
	2.714	4.500
Líquido	1.798	(1.274)

(a) Apropriação ao resultado do valor recebido a título de Danos Emergentes, mensalmente, à medida da apropriação dos encargos das debêntures, conforme NE nº 10.

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2025		31.12.2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado	34.128	34.128	31.283	31.283
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	648	648	684	684
Outras Receitas Operacionais	615	615	615	615
Alíquota sobre a receita bruta	8 %	12 %	8 %	12 %
Base de cálculo	2.831	4.247	2.607	3.910
Receita Financeira	4.512	4.512	3.226	3.226
(-) Receita Financeira Provisionada	(2.274)	(2.274)	(2.008)	(2.008)
Base de cálculo Receita Financeira	2.238	2.238	1.218	1.218
(=) Base de cálculo	5.069	6.485	3.825	5.128
Alíquotas vigentes	15 %	9 %	15 %	9 %
Adicional	10 %		10 %	
Imposto de renda e contribuição social	1.243	584	932	462
Receita Financeira Provisionada	2.274	2.274	2.008	2.008
Imposto de renda e contribuição social diferidos	568	205	502	181

18.1. Reforma tributária do consumo

Em 2023, foi instituída a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, com regulamentações sancionadas em 2024 e 2025, estabelecendo um novo modelo de tributação com implementação gradual, ainda sujeito a regulamentações complementares e definições operacionais por parte das autoridades competentes. Considerando a relevância e a complexidade do tema, a Companhia constituiu grupo multidisciplinar para avaliar os potenciais impactos sobre suas operações, posição patrimonial, resultados, fluxos de caixa, sistemas, processos e controles internos.

Com base em estudos iniciais, a Administração definiu e iniciou, ao longo de 2025, plano estruturado de adequação às novas exigências legais e operacionais, incluindo revisão de processos e atualização de sistemas. Em 2026, a Companhia dará continuidade às ações, com foco nas alterações previstas para 2027, mantendo monitoramento contínuo da evolução legislativa e refletindo prospectivamente em suas demonstrações financeiras eventuais impactos decorrentes de mudanças futuras.

19. Instrumentos Financeiros

19.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2025		31.12.2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	35.771	35.771	33.951	33.951
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	2.569	2.569	4.927	4.927
			38.340	38.340	38.878	38.878
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		4.280	4.280	2.922	2.922
			4.280	4.280	2.922	2.922
Total dos ativos financeiros			42.620	42.620	41.800	41.800
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	9		2.038	2.038	1.265	1.265
Debêntures (c)	10		19.772	19.772	38.455	38.455
			21.810	21.810	39.720	39.720
Total dos passivos financeiros			21.810	21.810	39.720	39.720

Os dois níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos:

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Calculado conforme cotação da última negociação no mercado secundário através do preço médio do Preço Unitário - PU em 31.12.2025, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

19.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

19.2.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou de contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa (a)	35.771	33.951
Títulos e valores mobiliários (a)	2.569	4.927
Clientes (b)	4.280	2.922
	42.620	41.800

- A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos considerando sua política em aplicar os recursos financeiros em instituições bancárias federais ou em bancos privados com baixo risco de crédito, conforme *rating* local das principais agências classificadoras.

- (b) Risco de perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, relacionado a fatores internos e externos. A companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantém Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos. Além disso, possui contratos de venda de energia garantidos pela Conta de Energia de Reserva - CONER que é administrada pela CCEE. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois espera que o saldo seja compensado futuramente com débitos junto à CCEE.

19.2.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 4 anos. A partir de 2030, repetem-se os indicadores de 2029 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2025							
Fornecedores	—	1.719	—	319	—	—	2.038
Debêntures	NE nº 10	366	806	3.724	16.192	5.127	26.215
	—	2.085	806	4.043	16.192	5.127	28.253

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado na NE nº 10.3 a Companhia tem Debêntures com cláusulas contratuais restritivas (covenants) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

19.2.3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data das demonstrações financeiras, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data das demonstrações financeiras e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação do indicador CDI/Selic de 12,25%, previsto na mediana das expectativas de mercado para 2026 do Relatório Focus do Bacen, e TJLP de 8,64%, calculado por projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados		
		31.12.2025	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	2.569	315	236	157
Passivos financeiros					
Debêntures	Alta TJLP	(19.772)	(1.708)	(2.135)	(2.562)

19.2.4. Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

O saldo registrado no passivo referente a não performance está demonstrado na NE nº 11. O aumento do passivo se deve ao fato de que os montantes a pagar ficaram suspensos em virtude das discussões no setor a respeito das restrições de geração dos parques eólicos (*constrained-off*). Além disso, após perturbação ocorrida no Sistema Interligado Nacional - SIN em 15.08.2023, o ONS, de forma preventiva, elevou a frequência das restrições, o que aumentou a restrição de geração de empreendimentos eólicos situados na região Nordeste. Estes eventos de redução ou corte da geração de energia, principalmente em usinas eólicas e solares, se dão quando a produção supera a capacidade de consumo ou de transmissão do sistema elétrico (*curtailment*).

Em dezembro de 2023 a Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEólica e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - ABSOLAR ingressaram com processo judicial solicitando a compensação dos geradores por eventos por restrição de operação. Entre 2023 e 2025 houve decisões favoráveis às Associações que, no entanto, foram revogadas, de modo que não houve nenhuma compensação durante esse período.

Em 25.11.2025 foi publicada a Lei nº 15.269/2025 que modernizou o marco regulatório do setor elétrico brasileiro e que dispõe, dentre outros dispositivos, que os titulares de usinas com outorga de geração de energia eólica ou solar fotovoltaica conectadas ao SIN passam a ter prerrogativa de celebrar termo de compromisso com o poder concedente, com vistas a compensar os custos decorrentes de cortes de geração (*curtailment*) relativos à indisponibilidade externa e ao atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica da operação, no período compreendido entre 01.09.2023 e a data de publicação da nova lei, qual seja, 25.11.2025. Como contrapartida pela assinatura do termo de compromisso, os agentes signatários devem renunciar formalmente à eventuais ações judiciais em curso que tratem de compensações ligadas ao mesmo tema, garantindo ainda, às partes, a isenção do pagamento de honorários de sucumbência das referidas ações. Por fim, a nova lei disciplina que o pagamento das compensações pelo poder concedente será destinado primordialmente à quitação de eventuais ressarcimentos, passados ou futuros, devidos pelo agente e que ainda não tenham sido liquidados, no âmbito da CCEE.

A Companhia está monitorando a regulamentação do novo dispositivo legal, em especial a Consulta Pública MME nº 210/2025, aberta em 31.12.2025 e com prazo limite para contribuições finalizado em 16.01.2026. Em dezembro de 2025, em Reunião de Diretoria, a Copel GeT deliberou pela adesão ao Termo de Compromisso pelas Sociedades de Propósito Específicos - SPEs eólicas sob seu controle, renunciando à ação judicial, respeitadas as condições basilares do acordo previstas Lei 15.269/2025. Deste modo, com base nas premissas disponíveis, a Nova Asa Branca II apurou os valores do direito à compensação financeira de restrições de geração sofridas por indisponibilidade externa e por atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica da operação ocorridas no período compreendido entre 01.09.2023 e 25.11.2025 e efetuou o registro do ganho de R\$ 7.082 no resultado de 2025, dos quais R\$ 6.848 foram registrados na receita operacional líquida e R\$ 234 na receita financeira.

19.3. Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

Endividamento	31.12.2025	31.12.2024
Debêntures	19.772	38.328
(-) Caixa e equivalentes de caixa	35.771	33.951
(-) Títulos e valores mobiliários - garantias de contratos de dívidas	2.399	4.708
Dívida líquida	(18.398)	(331)
Patrimônio líquido	19.277	13.170
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	(0,95)	(0,03)

20. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros da Companhia estão demonstradas a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Operacionais	28.05.2027	218.985
Seguro D&O (a)	28.03.2027	192.584
Responsabilidade Civil Geral	28.04.2026	30.000
Seguro Cyber	08.05.2026	25.000
Garantia Judicial	10.05.2027	1.394
Garantia de Pagamento - CHESF	19.11.2026	216

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2025, de R\$ 5,5024.

Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

21. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

21.1. Transações que não envolvem caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Provisão para descomissionamento	(522)	1.117
	(522)	1.117

A citada transação não envolveu caixa, motivo pelo qual não está apresentada na demonstração dos fluxos de caixa.

Curitiba, 30 de março de 2026.

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro

JOAO MARCOS FUDAL
Contador - CRC-PR-050561/O-7

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. (Nova Asa Branca II), sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel), inscrita no CNPJ sob o nº 12.802.844/0001-35, declaramos que:

- (I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras da Nova Asa Branca II de 31.12.2025; e
- (II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Nova Asa Branca II de 31.12.2025.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 30 de março de 2026.

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**

Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO

Diretor Administrativo-Financeiro



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 30 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC RJ118070/O-0



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

